REVISÃO
PLANO DIRETOR
FRANCISCO BELTRÃO - PR - 2017

# 2. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

# 2.1. OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DA REGIÃO

O início da colonização da região sudoeste do Paraná, divisa com a Argentina tem seu marco inicial na criação do Território Federal do Iguaçu, criado por decreto de 13 de setembro de 1943, e na instalação da Colônia Agrícola General Osório (CANGO), criada pelo Decreto-Lei 12.417/43.

A CANGO facilitou a vinda de migrantes dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que acorreram à nova região em quantidade muito maior que a capacidade de atendimento da colonizadora. Segundo WACHOVICZ: "Quem vinha para a CANGO recebia de graça, terra, madeira, ferramentas e assistência. Porém, tudo era ilegal, uma vez que essa terra (Gleba Missões) estava *sub judice* numa disputa entre o Estado do Paraná e a União Federal". Por causa desta uma pendência jurídica, entre a União Federal e o Estado do Paraná o governo federal não tinha meios de outorgar escritura definitiva aos colonos, e assim dava a eles apenas um título provisório. Mais tarde, a CANGO parou de dar qualquer título, pois não tinham validade jurídica alguma.

A disputa pelas terras do sudoeste paranaense agravou-se devido à uma vitória jurídica obtida por José Rupp, em 1945, numa ação iniciada em 1927, contra a empresa Brazil Railway Company, do grupo Percival Farquhar, que não lhe pagara os dormentes fornecidos. Como a Brazil Railway Co. havia sido encampada pelo governo Federal em 1940, o crédito de Rupp passou a ser contra a União Federal. Após inúmeras tentativas de acordo, Rupp aliou-se a Mário Fontana, amigo do Governador Moisés Lupion, e juntos fundaram a *Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. - CITLA* para colonizar o sudoeste do Paraná. Fontana adquiriu todos os direitos de Rupp e, numa operação ilegal, em 1950, a *CITLA* adquiriu as Glebas *Missões* e *Chopim* do Governo Federal, através da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (SEIPU), por importância considerada ínfima (WACHOVICZ, 1987, p. 151).

A escritura outorgada à *CITLA* correspondia a 475.200 ha. de terras, que incluíam todo o território da CANGO, com mais de 3 mil colonos já assentados, além de todas as zonas urbanas dos distritos de Francisco Beltrão, Santo Antônio e Capanema. *Ver: (WACHOVICZ, 1987*

Políticos da oposição denunciaram a negociata, o que repercutiu na imprensa nacional. O Tribunal de Contas da União impugnou o registro da escritura outorgada pela União Federal à *CITLA*, alegando várias inconstitucionalidades.

O Conselho de Segurança Nacional, então, enviou um ofício a todos os Cartórios de Registro de Imóveis da região proibindo o registro da escritura da *CITLA*. Porém o governo estadual criou um novo Cartório de Registro de Títulos e Documentos, em Santo Antônio do Sudoeste, no qual a escritura pôde ser devidamente registrada, antes que o ofício lá chegasse.

Ficou definitivamente decidido que os títulos falsos da Clevelândia Industrial e Territorial Ltda - CITLA foram cancelados, em agosto de 1953, *"por carta precatória expedida pelo Juízo de Direito da Segunda Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, a requerimento da União Federal, em 04 de agosto de 1953, foi cancelado "o registro e transcrição dos imóveis MISSÕES e CHOPIN, efetuados em nome de Clevelândia Industrial e Territorial Ltda - CITLA*". Superior Tribunal de Justiça, Acórdão, REsp 298368 (2000/0145757-8 - 04/12/2009)

# 2.2. ORIGEM DE FRANCISCO BELTRÃO

A região onde hoje se encontra Francisco Beltrão foi ocupada em outros tempos por indígenas que habitavam as extensas matas, depois por exploradores da erva mate e mais recentemente por madeireiros.

Em 1947 iniciou-se o povoamento do município, se consolidando definitivamente após os anos 50. Os primeiros habitantes foram os gaúchos e catarinenses, principalmente descendentes de imigrantes alemães e italianos, o que se reflete até hoje nos aspectos culturais da cidade.

A partir de 1938, Getúlio Vargas estabeleceu uma política de colonização e alargamento das fronteiras agrícolas do país através da chamada "Marcha para Oeste", que buscava a efetiva integração de novas áreas no processo de expansão econômica e tinha por objetivo o deslocamento espacial da força-de-trabalho para regiões férteis, incrementando a agricultura extensiva, uma vez que os centros urbanos cresciam e era necessário aumentar a produção de alimentos. Um dos principais objetivos do Estado Novo de Getúlio Vargas era o preenchimento dos grandes vazios demográficos existentes na região oeste/sudoeste do Estado do Paraná. Com essa iniciativa, Vargas também promoveu a ocupação das regiões de fronteira com a Argentina e o Paraguai, atendeu a reivindicação por terras de reservistas ex-agricultores e acomodou os grupos de pequenos agricultores gaúchos que chegavam ao Paraná.

Dentro dessa estratégia, um decreto federal criou no Paraná em 1943, a Colônia Agrícola Nacional General Osório - CANGO, que deveria ocupar a "faixa de 60 quilômetros de fronteira, na região de Barracão, Santo Antônio, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional de Produção Vegetal". A sede dessa colônia transformou-se mais tarde na cidade de Francisco Beltrão.

No texto abaixo, publicado pelo Jornal de Beltrão, em 04 de janeiro de 2007, sob o título Instalação da CANGO, temos um breve relato de sua história.

"A CANGO foi instalada em 1943 no Distrito de Bom Retiro, atual município de Pato Branco, ponto final da estrada de rodagem que vinha de União da Vitória. Sittilo Voltolini, em seu livro Origens de Pato Branco", escreveu: "A administração da CANGO, comandada pelo capeano Eduardo Virmond Suplicy, impedida de chegar ao seu destino por falta de estradas, instalou-se em Pato Branco. Sorte da vila, sorte do Distrito de Bom Retiro, sorte de Pato Branco. A CANGO chegou forte, com máquinas, veículos, equipamentos, diretoria administrativa e ... dinheiro. Provocou uma revolução na modesta vila de Pato Branco. Um movimento jamais visto de pessoas, caminhões, máquinas pesadas, para rasgar estradas para chegar com toda parafernália ao destino final: o povoado de Rio Marrecas.

Trabalhavam na construção da referida estrada, entre outros, Antonio de Paiva Cantelmo, Julio Assis Cavalheiro, Carlos Mendes de Oliveira, José Siqueira Azevedo, Florindo Penso, Otaviano Teixeira dos Santos, Antonio Cordeiro.

Antonio de Paiva Cantelmo, que era tratorista, na entrevista para a edição histórica do jornal Folha do Sudoeste, em 1977, feita pelo professor Nivaldo Antonio Oliskoviscz, afirmou: Em fins de 1946, em setembro, chegamos com as máquinas em Francisco Beltrão pela primeira vez."

O carioca, simpático e alegre Jair de Freitas, que ocupou o cargo de assistente administrativo desde o início até 1957, passando por sete administradores, na entrevista na

edição histórica, afirmou: Em 1946 foi tudo transferido para Marrecas, ficando instalada provisoriamente, enquanto terminavam a nova sede, depois do Marrecas, ali na frente da Praça da Liberdade. Sobre esse momento da história do Sudoeste, escrevi no meu livro Paraná: Terra de todas as gentes e de muita história": Portanto, com a criação da CANGO, começou efetivamente o povoamento do Sudoeste do Paraná. Muitos vieram do Noroeste do Rio Grande do Sul. O povoamento daquela região foi o resultado, entre outros fatores, da expansão do capitalismo europeu. Os migrantes europeus recebiam, no Noroeste do Rio Grande do Sul, lotes de terras de 60 hectares. Aos poucos o tamanho médio das propriedades na região foi diminuindo para 44.30ha e finalmente chegou a 25 ha. Enquanto diminuía o tamanho da propriedade, aumentava a população, principalmente pelo alto índice de natalidade. Esse fato levou ao empobrecimento dos colonos, que foram forçados, assim, a procurar novas terras. Entre outras regiões, deslocaram-se para o Sudoeste do Paraná, principalmente por ser a ecologia semelhante ao Noroeste do Rio Grande do Sul. A CANGO era um órgão público federal e os lotes de terra eram distribuídos gratuitamente, o que era mais um fator que favorecia a grande migração interna para a região.

Ela construiu estradas e pontes para facilitar a locomoção de pessoas e da produção. A CANGO instalou uma serraria, inicialmente em Santana e depois em Santa Rosa, para serrar madeira para a construção de casas para os colonos. Construiu o primeiro hospital e a primeira farmácia, levando para a região o primeiro médico, Dr. Eduardo Winter, o primeiro farmacêutico e o primeiro dentista. Construiu as primeiras selaria, marcenaria, olaria, cerâmica, ferraria e oficina mecânica, para atender aos primeiros habitantes. Construiu a primeira escola, inaugurada em 3 de maio de 1948, e contratou a primeira professora, Idalina Zancan.

A CANGO realizou na região um eficiente trabalho de povoamento e colonização, construindo obras de infra-estrutura, dinamizando a vida social e cultural da comunidade, dando início para o grande progresso que o Sudoeste possui hoje."

Foto: Sede administrativa da CANGO - Colônia Agrícola Nacional General Osório.

A CANGO era uma exceção no contexto de uma política de colonização que reforçou a propriedade da terra a quem tivesse poder de compra ou de barganha. Ao chegar, o agricultor recebia, em média, de 10 a 20 alqueires, casa, ferramentas, sementes, assistência dentária e médico-hospitalar. Em poucos anos, a produção cresceu e as glebas de Missões e Chopim, disputadas na justiça, receberam um grande contingente populacional.

Em 1947 a CANGO foi instalada na margem norte do Rio Marrecas, oposta de onde se encontra atualmente a área central da cidade. As duas margens eram ligadas por uma ponte de madeira, que posteriormente foi substituída por uma de concreto que liga as avenidas Júlio Assis Cavalheiro e a Avenida Cristo Rei.

A CANGO era a principal instituição de Beltrão, sendo que quase toda a renda do povoado, chamado à época de Vila Marrecas, provinha dela. Sua ação fomentadora foi tanta que logo a vila atingiu um desenvolvimento razoável a ponto de tornar-se cidade.

Ainda em 1943 foi criado o Território Federal do Iguaçu, no qual o atual município de Francisco Beltrão estava inserido. A CANGO e o próprio Território do Iguaçu foram criados para abrigar o excedente de mão-de-obra agrária, especialmente do Rio Grande do Sul. O povoamento que se iniciou nestas matas poderia ser considerado uma verdadeira zona pioneira rio-grandense, tal a quantidade de colonos oriundos daquele Estado que ali foram se instalar. A migração de catarinenses, com descendentes de italianos, alemães e eslavos deu-se de imediato.

No lugar onde se localizou a CANGO teve início um povoado, que foi denominado Santa Rosa, aonde as famílias que chegavam eram recepcionadas. A única coisa que a CANGO não oferecia para as pessoas que conseguiram se fixar na região era a documentação definitiva das terras, o que gerou problemas posteriores. Os primeiros moradores chegaram à região em 1944, sendo pioneiras as famílias de Ricardo Kurtz, Frederico Keres, Pedro Miguel da Fonseca, Damaso Gonçalves, Júlio de Assis Cavalheiros entre outros.

Em 1957, se instalou um comando do exército na cidade, junto à sede da CANGO, em função da sua proximidade com a fronteira Argentina e foi aberta uma estrada ligando a cidade à Vila Ampére, denominada "Estrada do Picadão".

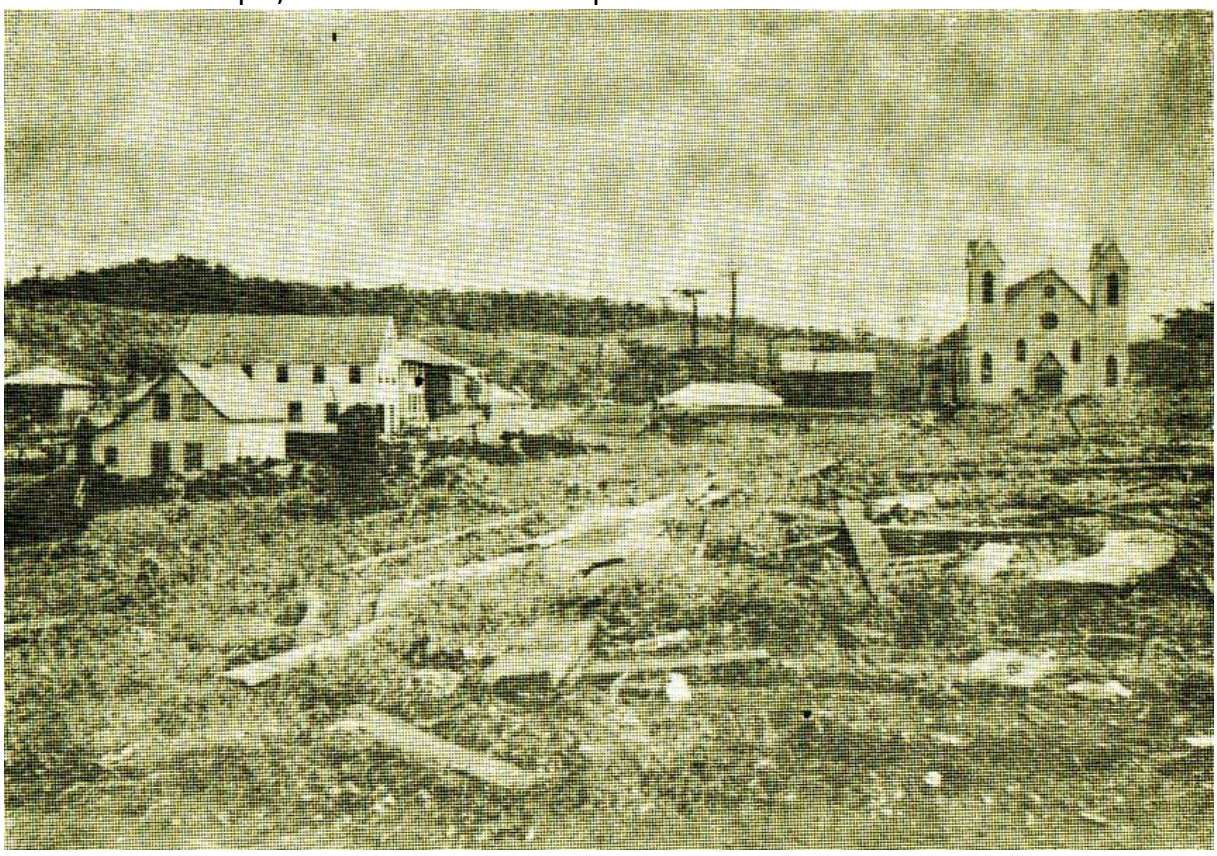
O rápido progresso demandou a instalação do município, fato consolidado em 14 de novembro de 1951, quando a área que hoje pertence a Francisco Beltrão se desmembrou do município de Clevelândia.

O nome da cidade foi escolhido em homenagem ao paranaense engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão (nascido em Paranaguá – 6.11.1875 – e sepultado em Curitiba – 29.5.1939), engenheiro, secretário de estado e grande colonizador do Paraná. Casado com Lavínia Trevisani, Francisco Beltrão teve nove filhos e o terceiro deles chamava-se Francisco Trevisani Beltrão. Não se deve confundir os nomes, pois a homenagem do município é ao pai, Francisco Gutierrez Beltrão. Quanto a Engenheiro Beltrão, no norte do Paraná, o nome daquele município é uma homenagem a seu fundador, o engenheiro Alexandre Beltrão (1896-1987), que era irmão de Francisco Gutierrez Beltrão.

Muitas citações referem-se ao homenageado, Francisco Beltrão, como pioneiro ou fundador da cidade, o que não é verdade. O engenheiro Francisco Beltrão nunca colocou os pés neste local, sendo que o mesmo faleceu em 1939, muito antes do início da ocupação destas terras.

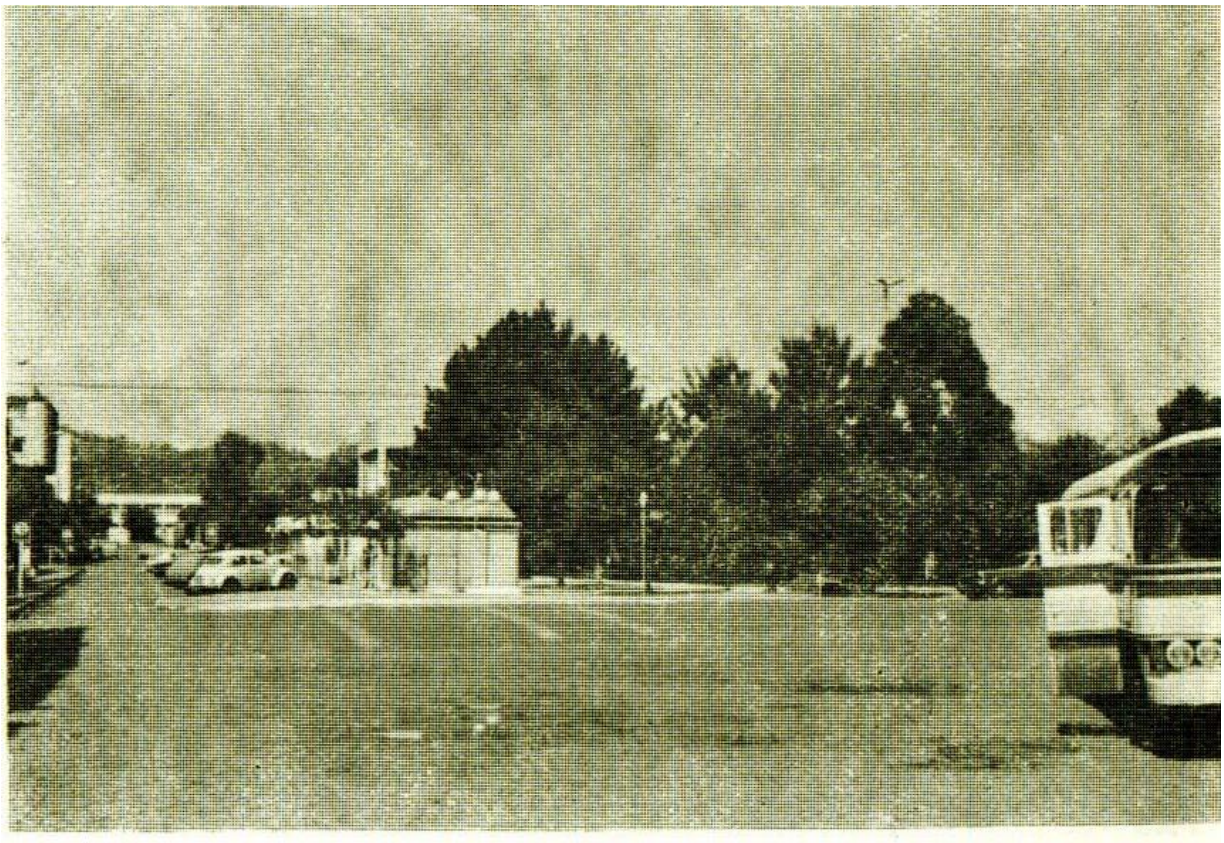
O distrito de Francisco Beltrão existia desde 1940, mas localizava-se no interior do futuro município de Renascença. A Lei estadual 790, assinada pelo governador Bento

Munhoz da Rocha Neto em 14 de novembro de 1951, transformava o distrito de Francisco Beltrão em município, mas mudava sua sede para Marrecas.



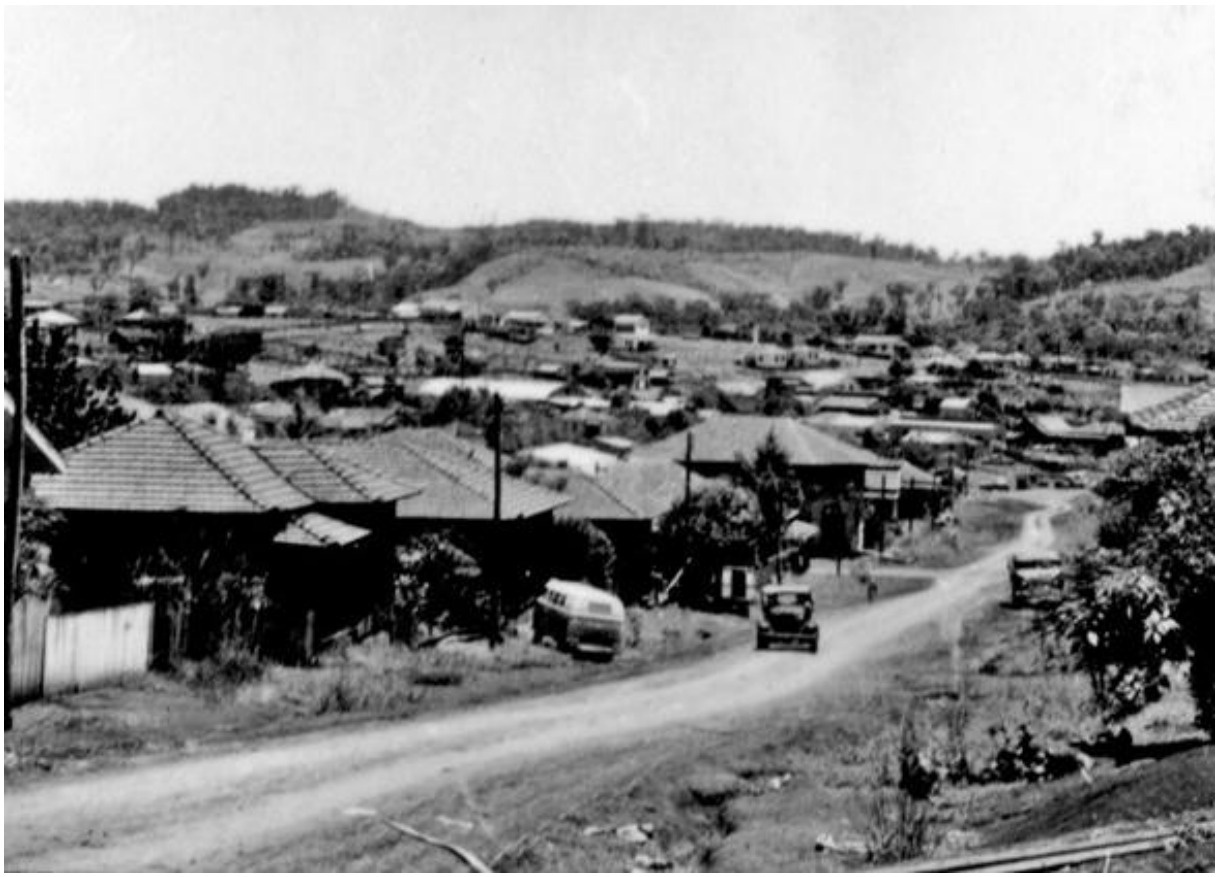
Francisco Beltrão,1954

FONTE: MARTINS, Rubens da Silva. Entre Jagunços e Posseiros. 1ª Edição,Curitiba - 1986



Francisco Beltrão,1984

FONTE: MARTINS, Rubens da Silva. Entre Jagunços e Posseiros. 1ª Edição,Curitiba - 1986



Rua São Paulo vista da Rua Tenente Camargo para a Rua Ponta Grossa - 1966

Avenida Júlio Assis Cavalheiro esquina com a Rua Ponta Grossa - 1966

Avenida Júlio Assis Cavalheiro da Rua Antonina em direção ao calçadão - 1966

Praça Dr. Eduardo Wirmond Suplicy, recém construída - 1969

Uma das principais manifestações das culturas italiana e alemã pode ser identificada na tipologia construtiva das casas. Apesar de, no início as habitações se caracterizarem pela sua rusticidade, feitas de toras inteiras de pinheiro e telhado de tabuinhas, posteriormente as casas de madeira passaram a conter entalhes característicos dessas culturas. A abundância de madeira e a longa distância dos centros produtores de cimento contribuíram para a grande utilização da madeira na construção. Atualmente o número de residências dessa natureza é muito reduzido, mas é possível visitar no Parque de Exposições da cidade o Museu do Colonizador, onde o prédio em si é um exemplo das construções da década de 50.

A distribuição das terras criou um conflito entre os donos legítimos que não possuíam escritura das terras. Esse conflito eclodiu no dia 10 de outubro de 1957 e ficou conhecido como **A revolta dos posseiros.**

Em 11 de outubro de 1957, a população conseguiu expulsar a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA), a Companhia Comercial Agrícola e a Companhia Apucarana - empresas imobiliárias que haviam implantado um regime de violência e terror na região com a conivência das chamadas "autoridades constituídas".

Na época, o levante foi amplamente divulgado pela imprensa nacional e ficou conhecido como a **Revolta de 57**. Atingiu, além de Francisco Beltrão, outras localidades do sudoeste paranaense, caso raro de vitória de posseiros contra o avanço da concentração fundiária.

A disputa judicial começou nas primeiras décadas do século XX, quando o empresário José Rupp sentiu-se lesado pela Brasil Railway Company ao perder terras arrendadas em Santa Catarina. Na justiça, obteve a penhora dos bens da empresa, entre os quais constavam as glebas Missões e Chopim. No entanto, em 1930 essas terras retornaram ao domínio do Paraná por um decreto estadual que cancelava os títulos concedidos a Brasil Railway. Em 1940, a União, ignorando a medida paranaense, reincorporou as glebas para se ressarcir de uma dívida da Railway junto ao Tesouro Nacional - reincorporação foi contestada pelo Paraná com o argumento de que a empresa inglesa não era detentora dos títulos de posse há dez anos.

A questão estava "sub júdice" quando, em 1943, o governo federal criou a CANGO localizando-a na gleba Missões, uma das que José Rupp havia conseguido penhorar. O governo federal argumentou com a impenhorabilidade das propriedades que agora considerava suas. Rupp tentou negociar uma indenização com a Superintendência das Empresas Incorporadas à União (SEIPN), criada por Vargas para administrar aquelas terras. Sem sucesso, em 1950 vendeu seus direitos à Citla.

A partir daí as regras mudaram rapidamente. A SEIPN que negara acordo a Rupp concedeu a CITLA (Clevelândia Industrial e Territorial Ltda) a titulação da gleba Missões e parte da Chopim. Como a compra era irregular, os cartórios da região se recusaram a registrar o documento. Interessado no negócio, o governador

Moysés Lupion (1946-1951) criou especialmente para esse fim um cartório em Santo Antônio do Sudoeste. O assunto foi resolvido "em família". Francisco Rocha, dono do cartório, era sogro do superintendente Antônio Vieira de Melo e pai de Geraldo Rocha Sobrinho que, por sua vez, era assistente do superintendente e acionista da CITLA. Além do mais, a Clevelândia Industrial fazia parte do chamado "Grupo Moysés Lupion", composto por mineradoras de carvão, serrarias e fábricas de papel.

Diante de uma grita geral contra a tramóia, a União decidiu tomar providências judiciais para reaver as terras. Em 1953, o Tribunal Federal de Recursos anulou a escritura. Mas a CITLA já estava instalada na região desde 1951 e em franca atividade, promovendo

festas para os moradores de Francisco Beltrão, alegando que ganhara a questão na Justiça e iria beneficiar a região com hidrelétrica, estradas, escolas, etc.

Em 1952, Bento Munhoz da Rocha (1951-1955), eleito pela oposição, julgou conveniente aguardar a decisão judicial sobre a propriedade das terras e proibiu o recolhimento dos Impostos de Transmissão e Propriedade de qualquer transação nas glebas Missões e Chopim.

Em 1953 a União obteve na Justiça a posse das glebas e os ataques da CITLA tornam-se mais violentos, principalmente contra a CANGO. A CITLA obtém sua primeira vitória no final de 1953, com a suspensão da entrada de novos colonos na região.

Em 1955, Lupion é reeleito e revoga a proibição do recolhimento dos impostos. Entram na região outras duas imobiliárias: a Companhia Comercial e Agrícola Paraná, e a Companhia Colonizadora Apucarana. Com elas, entram também a coerção contra os colonos, que passam a ser visitados por jagunços e "convidados" a comparecer nos escritórios das companhias. para assinar contratos de compra das terras que ocupavam. Na realidade, os colonos queriam regularizar as propriedades, mas sentiam-se inseguros quanto à verdadeira posse das terras e as imobiliárias alardeavam possuir todos os direitos.

Desde 1951 se buscava uma saída legal para as pressões das imobiliárias. Logo depois da instalação da CITLA, organizada em assembléia, a comunidade nomeou uma comissão para conversar com os governos estadual e federal sobre a legalidade das terras. A União respondeu com a suspensão parcial da CANGO, colocando-se claramente a favor da companhia.

Em março de 1957, um abaixo-assinado de dois mil moradores de Santo Antônio do Sudoeste foi levado ao Rio de Janeiro, então capital federal. Meses depois, o vereador Pedro Luis Camargo, às vésperas de nova incursão ao Rio com outro abaixo-assinado, foi assassinado. No dia do enterro, o advogado Potiguara Publitz decidiu encampar a luta contra as companhias. Munido de procurações, foi a várias autoridades, e constatou que eram favoráveis às companhias, chegando mesmo a ir ao comandante da 5ª Região Militar, Mário Perdigão solicitar a intervenção do Exército, mas nada aconteceu.

Nesse tempo, os colonos decidiram resistir à sua maneira. No dia 2 de agosto, um grupo se armou e marchou pela avenida principal do distrito de Verê em direção aos escritórios das companhias. Na frente da multidão, um colono forte, ex-expedicionário, conhecido como "Alemão", vinha enrolado numa bandeira do Brasil. Morreu assim, atravessado pelas balas dos jagunços. Depois desse evento, os delegados decidem proceder ao desarmamento dos colonos e reforçam o contingente policial em Francisco Beltrão.

No dia 4 de agosto, o STF recusou por unanimidade um recurso extraordinário impetrado pela CITLA relativo ao pedido de reconhecimento da escritura de 1950. Diante disso, o administrador da CANGO enviou ofício aos Prefeitos e Juízes de Direito da Região solicitando que a informação fosse divulgada em toda a região, os juízes e prefeitos não atenderam, mas as rádios de Francisco Beltrão e Pato Branco divulgaram a notícia.

Porém, os posseiros, auxiliados por homens fora da lei, conhecidos como "farrapos", atuaram em emboscadas e tocaias contra os jagunços. Em setembro, depois de diversos confrontos com as companhias e mortes nos dois lados, dois mil colonos tomam a localidade de Capanema, afugentando pistoleiros e funcionários das imobiliárias para Santo Antonio do Sudoeste. Como havia camponeses em pé de guerra também em Foz do Iguaçu, o governo do Estado decidiu usar o poder de persuasão do coronel Alcebíades da Costa, que conseguiu uma trégua provisória, pois todos haviam solicitado a presença do Exército.

Assim, o ponto nevrálgico do conflito se transferiu para Francisco Beltrão e Pato Branco, tomadas por elementos das companhias que estenderam sua violência aos moradores urbanos. Isso fez com que acontecesse uma articulação secreta cidade-campo em toda a região em prol de um só objetivo: a expulsão das companhias.

O espancamento das crianças fora a gota d'água para que as lideranças das cidades se lançassem à luta. No dia 9 de outubro, os moradores de Pato Branco foram convocados pela rádio local para uma assembléia que nomeou uma comissão para pedir o fechamento das companhias ao governo do Estado. Nesse mesmo dia, a comunidade de Beltrão votou em assembléia pela tomada da cidade e Pato Branco fez sua rebelião no dia 10. O governador Moysés Lupion recebeu um ultimato do Marechal Lott, ministro da Guerra: ou fechava as companhias e acalmava os colonos, ou haveria intervenção federal.

Mas já não havia muito a fazer. No dia 11 de outubro, em uma ação rápida e eficiente, Francisco Beltrão foi tomada pelos moradores com o apoio dos colonos da vizinhança. E no dia seguinte aconteceu o mesmo em Santo Antônio do Sudoeste. Diante da força de uma população armada, Lupion retirou as companhias da região. Porém, o segundo e principal item reivindicado pelos agricultores foi conseguido somente em 1962, no governo de João Goulart. Estado e União cederam a propriedade das terras e, em seguida, o Decreto 51.431, de 19 de março, criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), que foi incumbido de medir, demarcar e dividir os lotes, respeitando a posse e a decisão dos ocupantes.

Subordinado aos órgãos estatais de reforma agrária e colonização existentes, o GETSOP ficou como letra morta em um período em que a política do governo de Jango Goulart era de condescendência com o radicalismo dos Grupos dos Onze, brizolistas ou com as Ligas Camponesas do Francisco Julião que pregava a reforma "na lei ou na marra". Jango chegou a fazer uma histórica visita a Francisco Beltrão, mas só a queda de Jango e seus aliados modificaria esse quadro. Um apelo do Paraná, por intermédio do seu diretor do Departamento de Geografia Terras e Colonização (DGTC), coronel Brasílio Marques Sobrinho, ao general Ernesto Geisel, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, levou o GETSOP para a subordinação direta àquele Gabinete, sendo designados para chefiá-lo oficiais do Exército. Para a organização do escritório do órgão em Francisco Beltrão, o coronel Brasílio convida o engenheiro recém-formado Deni Schwartz que se notabilizaria pelo trabalho ali desenvolvido, cujos frutos decorreram, principalmente, do que hoje seria chamada "a militarização do órgão". Mas, o benéfico apoio da 5ª Região Militar se traduziu no afastamento dos órgãos policiais estaduais mal vistos na área, na utilização da Divisão de Levantamento do Exército de Ponta Grossa, para os trabalhos topográficos de campo e do 5º Batalhão de Engenharia, de Porto União, para os de construção civil e de estradas, inclusive a pavimentação do aeroporto de Francisco Beltrão.

Segundo Deni Schwartz, o GETSOP não ia ao encontro do colono para realizar um trabalho técnico, mas para acertar uma situação existente, deixando de lado a burocracia e olhando o lado humano e a solução do problema.

Quando foi terminado o trabalho, em 1973, haviam sido titulados 32.245 lotes rurais e 24.661 urbanos. Com isso, até hoje o Sudoeste do Paraná se caracteriza por ter uma estrutura fundiária de pequenas propriedades, onde 87% das propriedades familiares são consideradas pequenas e, 94% possuem áreas menores de 50 hectares. [(2)]

**[2]** Esse texto foi extraído da Dissertação de Mestrado "1957 - A revolta dos posseiros" de Iria Gomes Zanoni.

# 2.3. CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

O distrito de Francisco Beltrão existia desde 1940, mas localizava-se no interior do futuro município de Renascença. A Lei estadual n° 790, assinada pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto em 14 de novembro de 1951, transformava o distrito de Francisco Beltrão em município, mas mudava sua sede para Marrecas.

## 2.3.1. LEI DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO

Transcrição da Lei Estadual n° 790 de 14 de novembro de 1951, promulgada pelo então Governador Bento Munhoz da Rocha, instituindo a Divisão Administrativa do Paraná no quinquênio de 1952 a 1956, quando foram criados 38 novos municípios.

**Lei n° 790 - 14 de Novembro de 1951**

Publicado no Diário Oficial nº. 208 de 16 de Novembro de 1951

**Súmula:** Dispõe *sôbre* a Divisão Administrativa do Estado no *quinquênio* de 1952 a 1956.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** A Divisão Administrativa do Estado, obedecerá, no *quinquênio* de 1952 a 1956, a composição constante dos quadros I e II, anexos, que ficam fazendo parte integrante desta lei.

**Art. 2º.** As novas unidades administrativas serão instaladas na data da posse dos respectivos prefeitos.

**Art. 3º.** Dentro de 90 (noventa) dias a contar da data da instalação, cada município publicará o ato estabelecendo os quadros urbanos e suburbanos das novas *sédes* municipais e distritais.

**Art. 4º.** Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir com o auxílio de Cr$. 100.000,00 (cem mil cruzeiros) a cada município criado pela presente lei, mediante requerimento do respectivo prefeito.

**Parágrafo único.** *Êste* auxílio não se *extende* aos municípios de fronteira.

**Art. 5º.** Esta lei entrará em *vigôr* na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVÊRNO EM CURITIBA, em 14 de novembro de 1951.

*Bento Munhoz da Rocha Neto*

*Roberto Barrozo*

*Felizardo Gomes da Costa*

*Francisco Peixoto de Lacerda Werneck*

*Piragibe Araújo*

*Newton Carneiro*

*Oscar Lopes Munhoz*

*Abilon de Souza Naves*

.....

I - LIMITES MUNICIPAIS

LINHA DE LIMITES

1 - Com o Município de Guaraniaçú:

Começa na fóz do rio Cotegipe no rio Iguaçú, sobe por este até a fóz do rio Guarani.

2 - Com o Município de Laranjeiras do Sul:

Começa na fóz do rio Guarani no rio Iguaçú, sobe por este até a foz do rio Chopim.

3 - Com o Município de Mangueirinha:

Começa no rio Iguaçú, na foz do rio Chopim, sobe por este até a fóz do arrôio Divisor.

4 - Com o Município de Pato Branco:

Começa no Chopim, na fóz do arrôio Divisor, sobe por este até a sua cabeceira, daí alcança o divisor de águas dos rios Cotegipe e Veri, segue esta cumiada no sentido sul até defrontar a cabeceira de um afluente da margem esquerda do rio Veri, alcança a cabeceira e desce pelo afluente até o rio Veri, sobe por este até a foz do próximo afluente da margem direita e por este último até a sua cabeceira mais próxima da fóz do rio Marrecas, no rio Santana a qual alcança em linha reta; daí sobe o rio Santana e depois o rio Marrecas até o cruzamento com a nova estrada São João-Barracão.

5 - Com o Município de Clevelândia:

Começa no cruzamento com a nova estrada São João-Barracão com o rio Marmeleiro, sobe por êste e depois pelo arroio Faxinal até sua cabeceira, de onde, em reta, alcança o marco na divisa inter-estadual Paraná-Santa Catarina, no lugar denominado Faxinal do Campo Erê.

6 - Com o Estado de Santa Catarina:

Começa no lugar denominado Faxinal do Campo Erêem frente a cabeceira do arrôio Faxinal na divisa inter-estadual Paraná-Santa Catarina, e segue por esta no sentido Oeste até a intersecção da cumiada da serra do Capanema com a citada divisa..

7 - Com o município de Barracão:

Começa na divisa inter-estadual Paraná-Santa Catarina na intersecção da cumiada da serra do Capanema, segue pela cumiada desta Serra até defrontar a cabeceira do arrôio, de onde, em reta alcança esta cabeceira e desce pelo arrôio Ligação até a fóz do arrôio São Bento.

8 - Com o município de Santo Antônio:

Começa na fóz do arrôio São Bento no arrôio Ligação, desce por êste e depois pelo rio Cotegipe até a fóz do ribeirão do Jacu.

9 - Com o município de Capanema:

Começa na fóz do ribeirão do Jacu no rio Cotegipe, desce por êste até sua fóz no rio Iguaçú.

.....

## Homenagem a Francisco Gutierrez Beltrão

O nome é uma homenagem ao paranaense Francisco Gutierrez Beltrão (nascido em Paranaguá – 6.11.1875 – e sepultado em Curitiba – 29.5.1939), engenheiro, secretário de estado e grande colonizador do Paraná. Casado com Lavínia Trevisani, Francisco Beltrão teve nove filhos e o terceiro deles chamava-se Francisco Trevisani Beltrão. Não se deve confundir os nomes, pois a homenagem do município é ao pai, Francisco Gutierrez Beltrão. Quanto a Engenheiro Beltrão, no norte do Paraná, o nome daquele município é uma homenagem a seu fundador, o engenheiro Alexandre Beltrão (1896-1987), que era irmão de Francisco Gutierrez Beltrão.

## 2.4. INSTALAÇÃO DA COMARCA

Em 1954 Francisco Beltrão transformava-se também em sede de Comarca. O desenvolvimento era grande, impulsionado pela extração da madeira e a agricultura. O que brecou o desenvolvimento foi a disputa de terras, entre posseiros e as companhias colonizadoras, resultando na histórica Revolta dos Posseiros, que abrangeu quase todo o Sudoeste mas teve seu ponto culminante em Francisco Beltrão, que era a sede das companhias de terra Citla e Comercial. Dia 10 de outubro de 1957, milhares de posseiros tomaram conta da cidade e expulsaram as companhias, com todos os seus funcionários.

Pela Lei Estadual nº 1542 nasce a comarca de Francisco Beltrão, comarca de entrância final, tendo o foro judicial composto por seis varas judiciais contando ainda com ofício de distribuidor, contador, partidor, avaliador e depositário público Foro extrajudicial, composto por um 1º tabelionato de notas, 2º tabelionato de notas, tabelionato de protesto de títulos, 1º Serviço de registro de imóveis, 2º Serviço de registro de imóveis, Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas Serviço distrital em Enéas Marques, Pinhalzinho e Manfrinópolis.

## 2.5. HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DA CIDADE

"Coração do Sudoeste" – assim denominado pela sua localização central na região, pela liderança econômica, política e populacional no Sudoste do Paraná -, o município de Francisco Beltrão começou como "Vila Marrecas". Sua transfomação em cidade foi rápida. Em menos de cinco anos do início do povoado, sem nunca ter sido distrito, a vila era elevada à condição de sede do município, em dezembro de 1952.

O povoado começou a se formar em 1947, quando Damásio Gonçalves construía a primeira pensão (em frente à atual Praça da Liberdade) e abriam-se as primeiras "bodegas", como a de Otávio Araújo, quase em frente à pensão. É que a Cango (Colônia Agrícola Nacional General Osório), criada em 12 de maio de 1943 (Decreto nº 12.417, assinado pelo presidente Getúlio Vargas) e instalada provisoriamente em Pato Branco, estava chegando.

A pedido de Júlio Assis Cavalheiro e Luiz Antônio Faedo, proprietários da maior parte das terras da margem direita do rio Marrecas, um topógrafo da Cango (talvez Pedro Hyaudochen) traçava o primeiro mapa da futura cidade. Em 1947, Júlio Assis e Faedo começaram a vender e até doar lotes, quase todos padronizados em 22×44 metros. E o povoado foi crescendo rapidamente.

A meta da Cango era instalar-se no meio da Colônia Missões, que começava no Marrecas, mas resolveu construir seus barracões provisoriamente às margens do rio, e acabou ficando em definitivo. Com a Cango, que assentava famílias de agricultores dando-lhes terra, ferramentas, sementes, orientação técnica, educação e assistência médica, a Vila Marrecas recebeu médico, dentista, professores, topógrafos, agrônomos, mecânicos, carpinteiros, marceneiros, o que muito contribuiu para o desenvolvimento do lugar.

# 2.6. FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Francisco Beltrão, pela Lei Estadual n.º 790, de 14-11-1951, desmembrado da primeira zona do distrito de Pato Branco do município de Clevelândia. Sede no distrito de Marrecas (ex-povoado). Constituído do distrito sede. Instalado em 14-12-1952.

Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960.

Pela Lei Municipal n.º 92, de 12-08-1961, foram criados os distritos de Barra Grande, Boa Esperança do Iguaçu, Jacutinga, Jaracatiá, Nova Concórdia, Salto do Lontra, São Pio X (ex-Km 20), Sede Progresso e Vista Alegre e anexado ao município de Francisco Beltrão.

Pela Lei Municipal n.º 145, de 22-04-1963, é criado o distrito de Rio do Mato e anexado ao município de Francisco Beltrão.

Pela Lei Estadual n.º 4.729, de 24-06-1963, é extinto o distrito de Sede Progresso, sendo seu território anexado ao distrito sede do município de Francisco Beltrão.

Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município aparece constituído de 10 distritos: Francisco Beltrão, Barra Grande, Boa Esperança do Iguaçu, Jacutinga, Jaracatiá, Nova Concórdia, Salto do Lontra, São Pio X, Sede Progresso e Vista Alegre.

Pela Lei Estadual n.º 4.823, de 18-02-1964, é desmembrado do município de Francisco Beltrão os distritos de Salto do Lontra, Jaracatiá, elevandos-os à categoria de município sendo que o segundo distrito com a denominação de Enéas Marques.

Pela Lei Estadual n.º 4.838, de 26-02-1964, foram extintos os distritos de Jacutinga, São Pio X e Rio do Mato, sendo seus territórios anexados ao distrito sede do município de Francisco Beltrão.

Pela Lei Estadual n.º 4.859, de 28-04-1964, transfere o distrito de Barra Grande do município de Francisco Beltrão para o novo município de Itapejara d'Oeste.

Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de dois distritos: Francisco Beltrão e Nova Concórdia.

Pela Lei Municipal n.º 19, de 30-03-1970, é criado o distrito de Linha Gaúcha e anexado ao município de Francisco Beltrão.

Pela Lei Municipal n.º 21, de 30-03-1970, é criado o distrito de Jacaré e anexado ao município de Francisco Beltrão.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1971, o município é constituído de três distritos: Francisco Beltrão, Jacaré e Nova Concórdia.

Pela Lei Municipal n.º 634, de 06-10-1977, foram extintos os distritos de Jacaré e Linha Gaúcha, sendo seus territórios anexados ao distrito sede do município de Francisco Beltrão.

Em divisão territorial datada de 01-01-1979, o município é constituído de dois distritos: Francisco Beltrão e Nova Concórdia. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1995.

Pela Lei nº 2.621, de 01-08-1997, é criado o distrito de Jacutinga e anexado ao município de Francisco Beltrão.

Pela Lei nº 2.620, de 18-08-1997, é criado o distrito de Secção Jacaré e anexado ao município de Francisco Beltrão.

Pela Lei n.º 2.622, de 18-08-1997, é criado o distrito de São Pio X e anexado ao município de Francisco Beltrão.

Em divisão territorial datada de 1997, o município é constituído de cinco distritos: Francisco Beltrão, Jacutinga, Nova Concórdia, São Pio X e Secção Jacaré. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2017.

*Fonte: Francisco Beltrão (PR). Prefeitura. 2012.*
*Disponível em: http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br. Acesso em: nov. 2012.*

## 2.7. BRASÃO DE ARMAS

**Transcrição da Lei Municipal que instituiu o brasão de armas:**

**Lei n° 224**

SÚMULA: Institui o Brasão de Armas do Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, de conformidade com o disposto artigo n° 195 $ único da Constituição Federal.

A Câmara Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1° - DESCRITIVO: Escudo samnítico, encimado pela corôa mural de oito torres de prata. Em campo azul, firmado em chefe uma estrêla de cinco pontas de ouro, em contra-chefe um ondado de prata e aguado de azul, sobreposto por um marreco nadante, também de prata. Como suporte, à dextra uma hastede milho e à sinistra uma de feijão, ambas ao natural, entrecruzadas em ponta, sôbre os quais se sebrepõe um listél de azul, contendo, em letras de prata o topônimo FRANCISCO BELTRÃO;

Art. 2° - SIMBOLOGIA: O escudo samnítico, usado para representar o brasão de Francisco Beltrão, foi o primeiro estilo de escudo introduzido em Portugal, por influência Francêsa, evocando

aqui a raça latina, colonizadora e principal formadora da nacionalidade. A corôa mural que o sobrepões, sendo de prata, de oito torres, das quais cinco apenas são visíveis em perspectiva de desenho, identifica o Brasão de domínio, classificando a cidade que representa na segunda grandeza, ou seja Séde de Comarca. A côr bláu (azul), do campo do escudo é símbolo heráldico da justiça, perseverança, zêlo de lealdade, predicados atribuidos ao povo marrecoano em seus propósitos de pugnar pelo engrandecimento de sua cidade. A estrêla de ouro, firmada em chefe (parte superior do escudo), simboliza no Brasão a CANGO (Colônia Agrícola General Osório), localizada no Município de Francisco Beltrão, de cuja ação resultou os fundamentos da cidade, tendo na pessôa do Engenheiro Paranaense Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, Diretor do Departamento do Oeste, o iniciador e incentivador do povoado que mais tarde receberia seu nome. O metal ouro em que é representada a estrêla, simboliza em heráldica a fôrça, fé, riqueza, nobreza e prosperidade, reunindo em um só símbolo os predicados e os anseios dos intrépidos desbravadores do agreste sertão do sudoeste Paranaense.

Em contra-chefe (ponta ou parte inferior do escudo), o ondado de prata e aguado de azul sobrepôsto por um marreco nadante tambèm de prata, evoca no Brasão o Ribeirão das Marrecas e o primitivo topônimo MARRECAS, ainda quando a cidade era um simples povoado, constituindo-se nas peças "parlantes" do escudo razão de serem os Municípes chamados usualmente de "marrecoanos".

O metal de prata em heráldica é símbolo de amizade, integridade, pureza, hospitalidade, o que caracteriza a índole do povo.

Nos ornamentos exteriores, as hastes de milho e feijão, lembram no Brasão os principais produtos da terra dadivosa e fértil, esteio da economia municipal.

No listel, o topônimo que individualiza e pereniza a homenagem prestada ao fundador da cidade.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigôr na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO, EM 16 DE DEZEMBRO DE 1966.-

Antonio de Paiva Cantelmo

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Gentil Albertoni

Secretário do Município.-

---

Considerações:

Mesmo sendo citado como tal, o Dr. Francisco Gutierrez Beltrão não foi o iniciador, o incentivador, tampouco o fundador da cidade.

## 2.8. BANDEIRA DO MUNICÍPIO

A Lei municipal n° 226, de 16 de dezembro de 1966, instituiu a Bandeira Municipal de Francisco Beltrão, assim descrita, conforme a lei:

"Oitavada de amarelo, formando as oitavas figuras geométricas trapezoidais, constituídas por oito faixas brancas carregadas de sôbre-faixas azuis, dispostas duas a duas no sentido horizontal, vertical, em banda e em barra, que partem de um retângulo branco central, onde é aplicado o brasão."

## 2.9. HINO DE FRANCISCO BELTRÃO

### HINO

**Letra: CLADI C. LEVANDOWSKI**
**Música: ALDO A. HASSE**

**(Estibilho)**
**REJUBILAM TEUS FILHOS,**
**NO CALOR QUE ENCERRA,**
**O AMOR A ESTA TERRA,**
**Ó FRANCISCO BELTRÃO!**

**PISOU, UM DIA, ESTE SOLO BRAVA GENTE,**
**NO ANSEIO DAS CONQUISTAS DE UM LUGAR,**
**O CHÃO SE FEZ CAMINHO E O SOL LUZENTE,**
**DO AZUL, FEZ ESPERANÇAS EMANAR.**

**CHEGARAM DE RINCÕES, PLAGAS SULINAS,**
**COM BRAÇOS E IDEAL DE PIONEIROS.**
**E VENDO NESTAS TERRAS VASTAS MINAS,**
**CANTARAM SOB O TETO DOS PINHEIROS.**

**PLANTARAM SUA BANDEIRA NESTE CHÃO.**
**SEUS LARES E O TRABALHO COMO ESTEIO.**
**A CANGO FOI O BERÇO NA CANÇÃO**
**A EMBALAR ESTES FILHOS NO SEU SEIO.**

**E NASCIA, DEVAGAR, SINGELA VILA:**
**MARRECAS, PROMISSORA E HOSPITALEIRA.**
**NOS BRAÇOS DESTA FORÇA A CONSTRUÍ-LA,**
**FULGURAVA A RIQUEZA DA MADEIRA.**

**MUITA GENTE ESTA TERRA CONHECEU,**
**ENTRE OS NOMES DE CÉLEBRE MEMÓRIA.**
**E FRANCISCO BELTRÃO RESPLANDECEU,**
**PARA SEMPRE, NAS PÁGINAS DA HISTÓRIA.**

## 2.10. PREFEITOS ELEITOS

A história política começou com uma eleição tumultuada, para eleger o primeiro prefeito. No pleito de 9 de novembro de 1952, elegeu-se Ricieri Cella, do PTB. Empossado em 14 de dezembro de 52, Cella governou até o início de fevereiro de 1953, quando foi obrigado a entregar o cargo para seu concorrente, Rubens da Silva Martins, do PSD. A Justiça Eleitoral aceitou um pedido para validar algumas centenas de votos em separado, que não tinham sido computados na eleição do dia 9 de novembro de 1952. Na nova contagem, Rubens, que na primeira contagem tinha 537 votos, ficou com 749. E Cella, que fora eleito com 545 votos e vencera com uma diferença de 17, ficou com 697 e perdeu por 52 votos.

1952 a 1953 - **Ricieri Cella** / PTB
1953 a 1956 - **Rubens da Silva Martins** / PSD
1956 a 1960 - **Ângelo Camilotti** / PSD (candidato único)
1960 a 1963 - **Wálter Alberto Pécoits** / PTB
1963 a 1964 - **Euclides Girolamo Scalco** / PTB
1965 a 1968 - **Antônio de Paiva Cantelmo** / PTB
1969 a 1972 - **Deni Lineu Schwartz** / Arena (candidato único)
1973 a 1976 - **Antônio de Paiva Cantelmo** / MDB
1977 a 1982 - **João Batista de Arruda** / ARENA
1983 a 1988 - **Guiomar de Jesus Lopes** / PMDB
1989 a 1992 - **Nelson Meurer** / PDS
1993 a 1996 - **João Batista de Arruda** / PFL
1997 a 2000 - **Guiomar de Jesus Lopes** / PMDB
2001 a 2004 - **Vilmar Cordasso** / PP
2005 a 2008 - **Vilmar Cordasso** / PP
2009 a 2012 - **Wilmar Reichembach** / PSDB
2013 a 2016 - **Antônio Cantelmo Neto** / PMDB
2017 a 2020 - **Cleber Fontana** / PSDB

Desde a sua instalação e da primeira eleição o Município teve dezoito períodos administrativos, tendo sido administrado por 14 prefeitos distintos. Sendo que 4 dos prefeitos governaram por dois mandatos. O mandato mais curto foi o do primeiro prefeito, Ricieri Cella, menos de 2 meses, e os mais longos foram os dos prefeitos João Batista de Arruda e de Guiomar de Jesus Lopes, 10 anos cada, em dois mandatos.